

## **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO VACINAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VIVENDO COM HIV/AIDS ATENDIDAS EM CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL (HOSPITAL DIA PROFESSORA ESTERINA CORSINI/HUMAP/UFMS).**

### **Instituição**

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

### **Área temática**

Ciências da saúde

MAX, Caroline Molina<sup>1</sup> (carolmolinamax@gmail.com); CURY, Eunice Stella Jardim<sup>2</sup> (eunice.cury@uems.com); MENIN, Iris Bucker Froes<sup>3</sup> (irisbucker@gmail.com); UEHARA, Silvia Naomi de Oliveira<sup>4</sup> (siuehara@gmail.com); VELHO, Mateus Peloso<sup>1</sup> (mateus\_pv@hotmail.com); SANTOS, Henderson Vinicius de Oliveira<sup>1</sup> (henderson\_002@hotmail.com).

1. Discente de medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; 2. Docente doutora do curso de medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; 3. Docente mestre do curso de medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; 4. Médica infectologista no Hospital Dia Esterina Corsini.

### **RESUMO**

A infecção pelo Vírus de Imunodeficiência Humana (HIV) é um grave problema de saúde pública. Nesse sentido, a vacinação contra as doenças mais prevalentes desempenha um papel importante na promoção em saúde e melhoria da qualidade de vida, constituindo uma das mais importantes ações em prevenção primária, devendo ser considerada para as pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA), uma vez que as mesmas apresentam risco aumentado frente às infecções oportunistas e doenças evitáveis por vacina. Diante disso, o Ministério da Saúde implantou os Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIES) que disponibilizam vacinas indicadas em situações especiais e, conforme o Programa Nacional de Imunização (PNI), não disponíveis habitualmente em unidades de saúde. Entretanto, é muito alto o número de crianças e adolescentes com esquema vacinal incompleto, não tendo sido realizadas avaliações da implementação e efetivação da introdução desses protocolos de imunização na rotina de serviços dedicados ao atendimento de PVHA no Brasil. Com isso, surgem algumas hipóteses para a não adesão vacinal, que podem estar associadas ao procedimento, condutas ou informações inadequadas, nem sempre esclarecidos pelos profissionais de saúde. Além disso, as diferenças culturais, divulgação de *fake news* e a burocracia de documentos também podem interferir nas escolhas sobre a utilização de uma vacina e influenciar negativamente as decisões científicas, éticas e sociais. Por isso, é preciso conhecer a situação vacinal e adesão à indicação de vacinação preconizadas pelo PNI, de crianças e adolescentes vivendo com HIV/AIDS, e as principais justificativas quanto a baixa adesão vacinal. Para tanto, o método utilizado será a revisão de literatura descritiva, com base em buscas por protocolos do Ministério da Saúde e bancos de dados bibliográficos, sendo encontrados 2 (dois) protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em crianças e adolescentes, 1 (um) calendário vacinal de pacientes especiais, 1 (um) boletim epidemiológico HIV/AIDS da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de 2018 e 5 (cinco) artigos sobre o tema. Portanto, estudo demonstrou que ainda são ínfimos os estudos a respeito da imunização de PVHA, o que pode refletir na baixa divulgação de indicação vacinal por profissionais de saúde e até para as pessoas que vivem com HIV/AIDS, implicando em complicações de saúde por doenças evitáveis nessa população.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Imunização, vacinação, HIV

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço o apoio financeiro do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.